

RELATÓRIO DE GESTÃO ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS Ano de 2013

1. INTRODUÇÃO

Analisa-se neste relatório, os resultados alcançados pela A3ES durante o exercício de 2013. Para tal, procede-se a uma sintética análise das principais demonstrações financeiras do referido exercício, com enfoque nas rubricas mais relevantes. Comparam-se ainda, historicamente, alguns elementos financeiros e contabilísticos. Esta análise é feita em complemento do Relatório de Atividades.

Neste quinto ano de atividade, assim como já havia ocorrido no exercício de 2012, assumiram maior relevância para o total dos rendimentos obtidos, a cobrança de taxas relativas à acreditação prévia de novos ciclos de estudos e à avaliação/acreditação de ciclos de estudos em funcionamento. Foram aliás as taxas devidas pela avaliação de ciclos de estudo em funcionamento que mais influenciaram positivamente o resultado líquido obtido em 2013.

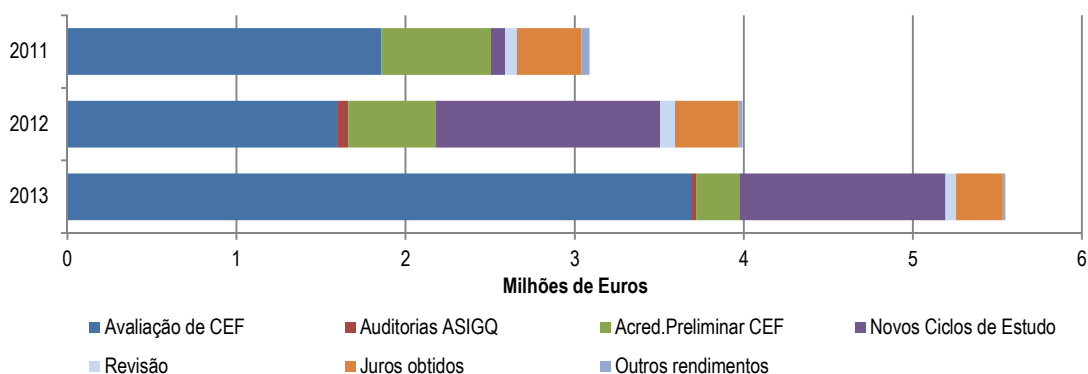
Tal como já se referiu em relatórios dos anos anteriores e conforme previsto no diploma legal que criou a Agência e nos seus Estatutos - Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro e seu Anexo - a A3ES deixou de contar para o seu financiamento, a partir de 2010, inclusive, com quaisquer dotações provindas do Orçamento de Estado, passando a dispor apenas, como receitas próprias, do produto das taxas que está autorizada a cobrar, a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

Tal como já se deixou entendido na introdução, durante o ano de 2013, tiveram substancial relevância nos proveitos reconhecidos pela Agência, o produto das taxas de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento, que representaram cerca de dois

terços (67%) dos rendimentos totais (ver Gráfico 1). Depois, também a acreditação prévia de novos ciclos de estudos, assumiu particular expressão, representando cerca de 22% dos rendimentos totais da Agência. De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, foi mais uma vez reconhecido o rendimento relativo à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2009, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até ao próximo exercício de 2014. O produto dos juros das aplicações financeiras representou 5% do valor global de rendimentos.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS

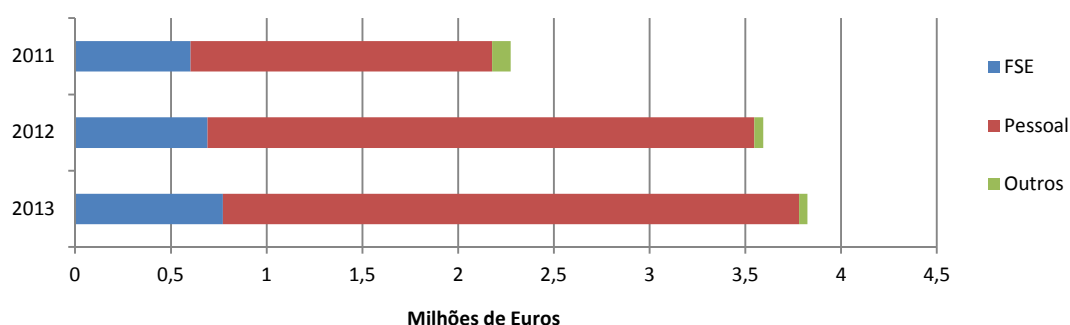


3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

À semelhança do exercício anterior, também em 2013 as principais rubricas dos gastos foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal. Em FSE's, assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, fruto das necessidades de alojamento e transporte dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), quando das visitas às instituições de ensino superior.

Nos Gastos com o Pessoal, pode ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAE, gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o exercício. A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DOS GASTOS RECONHECIDOS



4. ANÁLISE DO BALANÇO

4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

Os ativos fixos tangíveis apresentam uma variação positiva inferior a € 20,000 que se deve essencialmente à substituição da anterior viatura, que se encontrava parcialmente amortizada, por outra de categoria equivalente.

Já os ativos intangíveis, que se referem aos investimentos feitos no sítio da Agência na Internet, na plataforma eletrónica e demais software, que constituem os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, mantêm o ligeiro decréscimo já verificado no exercício passado. Verifica-se nesta rubrica uma diminuição de 32%, que é equivalente à depreciação dos referidos bens. Esta opção por uma estrutura informática leve é apenas possível devido à opção feita por software livre, que eliminou os habitualmente elevados custos de licenciamento.

4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica, importa esclarecer que à semelhança do exercício de 2012, o valor contabilizado em “Clientes” refere-se a taxas vencidas e ainda não pagas pelas instituições. Este valor é especialmente elevado no final do exercício, devido à coincidência do mesmo com a data limite para submissão dos processos de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento, que terminou a 30 de dezembro.

Por sua vez, o valor da conta “Estado e outros entes públicos” refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2013, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica “Diferimentos” respeita a rendas, seguros e outras despesas pagas em 2013, mas que são já respeitantes a 2013.

Do valor afecto a “Caixa e depósitos bancários”, que apresenta um montante global de € 9.947.702,74 (valor este ligeiramente superior ao registado no final do exercício anterior) encontravam-se em aplicações a prazo € 8.816.000,00 à data de encerramento das contas. O valor elevado em depósitos à ordem, de € 1.121.146,14 deve-se essencialmente ao recebimento de um grande volume de taxas nos últimos dias úteis do ano, não tendo sido possível negociar a sua aplicação a prazo antes dos primeiros dias do ano de 2014. De notar, ainda, que se incluem nestes valores, o recebimento de taxas relativas a processos de avaliação/acreditação que só terão lugar em 2014, pelo que o respetivo proveito foi portanto diferido para o momento em que venham a ocorrer os correspondentes gastos.

4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme já se disse em relatórios dos anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de €3.100.000,00, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de €1.000.000,00, acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, do montante de €2.100.000,00. Essa verba sobrança daquele subsídio, fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição, em propriedade, do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal nesse sentido.

No que se refere a variação do capital próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado alcançado no ano transato e o valor apurado em 2013 como resultado líquido do exercício, do montante de € 1.723.137,57.

O valor registado em “Outras variações no capital próprio” resulta da adoção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, relacionada com o subsídio recebido do Estado e utilizado em “Despesas de investigação e desenvolvimento” e “Equipamento administrativo”, até os mesmos estarem totalmente depreciados.

4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da atividade normal da Agência, como por exemplo, do pagamento a crédito, escrupulosamente em trinta dias, aos seus fornecedores. O valor de € 147.793,18, inscrito como débito ao “Estado e outros Entes Públicos”, diz respeito às retenções na fonte de IRS, efetuadas em Dezembro de 2013, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, que foram regularmente entregues ao Estado em Janeiro de 2014. Já o valor residual relativo a “Financiamentos obtidos”, diz respeito ao

capital por liquidar do contrato de “leasing” da nova viatura afeta ao Conselho de Administração, contrato que atingirá a sua caducidade em Fevereiro de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica “Outras contas a pagar” inclui designadamente a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2014, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2013, no valor de € 150.157,91, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2014, mas referentes a processos desenvolvidos em 2013, que ascendem ao valor de € 127.000,00, no qual estão também incluídos os casos de alguns dos seus membros não residentes, cujos dados bancários não estavam disponíveis nas respetivas fichas de identificação à data do seu normal processamento. Dentro dos restantes valores residuais, encontram-se maioritariamente valores que foram regularizados no início do exercício de 2014, mas cujo normal desfasamento entre a sua ocorrência e liquidação, obrigam a que constem desta rubrica.

O desenvolvimento do montante registado em “Diferimentos”, no valor de € 5.255.810,04 pode ser observado no seguinte quadro. Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2013, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2014, sendo assim também nesse exercício que esses processos gerarão gastos para a Agência. Estão também inscritos nesta rubrica os rendimentos diferidos relativos a acreditação preliminar, recebidos em 2010 que, de acordo com que foi então decidido pelo Conselho de Administração, com a concordância do Conselho Fiscal, rendimentos esses que ascendem ao montante de € 259.310,04, o que, com os anteriores, explica exatamente o valor aqui inscrito.

	Provenientes de 2012	Origem em 2013	Diferido para 2014	Reconhecido
NCE/12	1.089.000,00 €	126.000,00 €		1.215.000,00 €
NCE/13		784.000,00 €	784.000,00 €	- €
CEF/0910	518.620,04 €	- €	259.310,00 €	259.310,04 €
ACEF/1112	1.507.500,00 € -	4.500,00 €		1.503.000,00 €
ACEF/1213	2.232.000,00 €	738.000,00 €	778.500,00 €	2.191.500,00 €
ACEF/1314		2.236.000,00 €	2.236.000,00 €	- €
ASIGQ		24.000,00 €		24.000,00 €
RECURSOS		63.000,00 €		63.000,00 €
SOMA	5.347.120,04 €	3.966.500,00 €	4.057.810,00 €	5.255.810,04 €

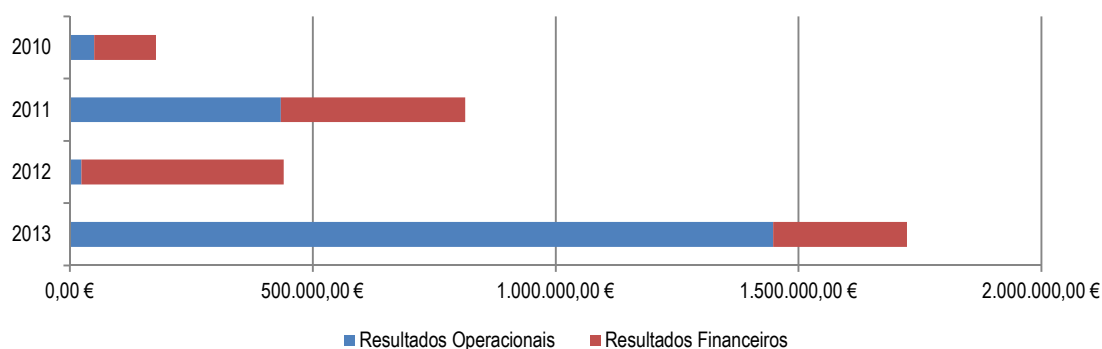
QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE 2013

4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A terminar, no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de € 1.723.137,57, é três vezes superior ao valor obtido em 2012. Esta diferença é justificada pela experiência na forma como são organizadas as visitas às instituições de ensino. A constante autoavaliação que a A3ES faz dos seus próprios procedimentos de acreditação e avaliação permitiram obter economias de escala que agora se traduzem contabilisticamente neste incremento de resultados.

De notar ainda que para esse resultado contribuem ainda os rendimentos financeiros, no montante de € 275.628,27. Os resultados financeiros foram relativamente inferiores aos obtidos em exercícios passados, devido à degradação da situação económico-financeira da economia nacional que resultou na contração das taxas de juro oferecidas pela banca. Esta tendência negativa das taxas foi especialmente penalizadora em 2013 para as aplicações financeiras sem risco, as únicas a que a A3ES se permite recorrer, vulgo depósitos a prazo. Esta diminuição pode ser observada pelas taxas médias de rentabilidade apresentadas no quadro da página seguinte.

A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico em baixo apresentado.



5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas, reconhecimento de subsídio para investimento e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de € 5.255.810,04 provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de € 1.215.000,00; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, de € 3.694.500,00 e das taxas relativas aos procedimentos de revisão, no valor de € 63.000,00. A somar a este montante, existe ainda o reconhecimento dos rendimentos da acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento, que tem sido diferida ao longo dos anos desde a sua cobrança em 2010, e que no exercício de 2013 apresentam o valor de € 259.310,04.

Ainda no capítulo dos rendimentos, há a referir na conta de “Outros rendimentos e ganhos” a quantia de € 15.241,45 que respeita à imputação de subsídios para investimento no valor de € 3.195,63, somado do valor de retoma da anterior viatura, que ascendeu a € 12.000,00 e de algumas correções do exercício anterior, de valor residual.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo efectuadas durante o exercício e já vencidos, que totalizam € 276.430,69. Considerando que a agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do

exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações desceu de 4,42% para 3,13% quando comparado este exercício de 2013 com o anterior, como se pode observar no quadro seguinte.

	2013	2012	2011
Montante Aplicado	8.816.000 €	9.431.000,00 €	7.081.000,00 €
Resultados Financeiros	276.320,29 €	416.404,57 €	379.651,00 €
Taxa Média	3,13%	4,42%	5,36%

5.2- GASTOS (ANTES CUSTOS)

Como já se viu acima, os valores reconhecidos como Gastos durante o exercício de 2013, foram sem surpresa, maioritariamente relativos a FSE's e Gastos com o Pessoal, nos quais se incluem a retribuição dos membros das Comissões de Avaliação Externa. Estes últimos apresentam um crescimento de 21% em relação ao exercício anterior e ascenderam em 2013 a € 1.552.400,00 em virtude do contínuo aumento da atividade relativa a avaliação e acreditação de ciclos de estudos.

Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, diga-se por fim que as depreciações do ativo imobilizado continuam a ser efetuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de € 27.162,58.

É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Atividades de 2013, também neste momento apresentado.

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago